

L E I Nº 1.626/89

Data : 09 de janeiro de 1989.

Súmula: Institui como tributo municipal o Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - O Imposto sobre Venda de Combustíveis Líquidos e Gasosos tem como hipótese de incidência a venda a varejo desses combustíveis, exceto o óleo diesel, efetuada por estabelecimento que promova a sua comercialização.

Parágrafo Único – Consideram-se a varejo, as vendas de qualquer quantidade, efetuados a consumidor final.

Art. 2º - O Contribuinte do imposto é o estabelecimento comercial ou industrial que realizar as vendas enquadradas a hipótese de incidência.

§ 1º - Consideram-se também contribuintes:

I – Os estabelecimentos de sociedades civis de fins não econômicos, inclusive cooperativas, que pratiquem com habitualidade operações de vendas, a varejo, de combustíveis líquidos e gasosos;

II – Os estabelecimentos pertencentes à administração direta, autarquias, empresas públicas federais, estaduais ou municipais, que vendam a varejo produtos sujeitos ao imposto, ainda que a compradores de determinada categoria profissional ou funcional.

§ 2º - São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido:

I – O transportador, em relação aos produtos transportados e comercializados no varejo durante o transporte;

II – O armazém ou depósito que mantenha sob sua guarda, em nome de terceiros, produtos destinados à venda direta a consumidor final.

Art. 3º - Considera-se estabelecimento o local construído ou não onde o contribuinte exerça sua atividade em caráter permanente ou temporário, de comercialização a varejo dos combustíveis sujeitos ao imposto.

§ 1º - Para efeito de cumprimento da obrigação, será considerado autônomo cada um dos estabelecimentos, permanentes ou temporários, inclusive os veículos utilizados no comércio ambulante.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos veículos utilizados para simples entrega de produtos a destinatários certos, em decorrência de operação já tributada.

Art. 4º - Considera-se local de operação aquele onde se encontrar o produto no momento da venda.

Art. 5º - A base imponible do imposto é o valor de venda do combustível líquido e gasoso no varejo, incluído as despesas adicionais debitadas pelo vendedor ao comprador.

Parágrafo Único – A autoridade fiscal poderá arbitrar a base imponible, sempre que:

I – não forem exibidos ao fisco os elementos, necessários à comprovação do valor das vendas, inclusive no caso de perda, extravio ou atraso na escrituração de livros ou documentos fiscais;

II – houver fundada suspeita de que os documentos fiscais não reflitam o valor real das operações de venda;

III – estiver ocorrendo venda ambulante, a varejo, de produtos desacompanhados de documentos fiscais.

Art. 6º - O imposto será calculado mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

I – Gasolina 2%

II – Querosene iluminante 1%

III – Álcool hidratado 2%

IV – Óleos combustíveis 3%

V – Gás liquefeito de petróleo 0%

VI – Gás natural (encanado)

VII – Gasolina de aviação 3%

VIII – Querosene de aviação 3%

Art. 7º - O valor do imposto a recolher será apurado quinzenalmente, e pago através de guia preenchida pelo contribuinte em modelo aprovado pelo Departamento de Fazenda do Município, na forma e nos prazos previstos em regulamento.

Parágrafo Único - O regulamento deverá disciplinar os casos de recolhimento efetuados por contribuinte ou responsável não inscritos.

Art. 8º - Os descumprimentos das obrigações principais e acessórias relativamente ao Imposto de que trata o artigo 1º desta Lei, sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo da exigência do imposto:

I – falta de recolhimento do tributo – multa de 50% do valor do imposto;

II – falta de emissão de documento fiscal em operação não escriturada – multa de 100% do valor do imposto;

III – emitir documento fiscal consignado importância diversa do valor da operação ou com valores diferentes nas respectivas vias, com o objetivo de reduzir o valor da UFM;

V – transportar, receber ou manter estoque ou depósito, produtos sujeitos ao imposto, sem documento fiscal ou acompanhados de documento fiscal inidôneo – multa de 100% do valor do imposto;

VI – recolher o imposto após o prazo regulamentar, antes de qualquer procedimento fiscal – multa de 40% do valor do imposto.

Art. 10 – Para aplicação das penalidades de que trata esta Lei observar-se-á, no que couber, as disposições da Lei nº 1.248/75.

Art. 11 – O Poder Executivo regulamentará, no que couber, esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua vigência, “ad referendum” da Câmara Municipal.

Art. 12 – O imposto será cobrado a partir do trigésimo dia contado da publicação desta Lei.

Art. 13 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 09 de janeiro de 1989.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal